

Relatório de Actividades 2015

Caros Associados,

Cá estamos no final do nosso segundo ano de actividade completa.

De modo a fazer um breve balanço, pensamos que a FPAK neste momento estabilizou o seu período de recuperação económica / financeira e que agora é só continuar a obra iniciada de forma a levar a bom porto a tarefa a que nos propusemos.

Continuou-se o trabalho de tornar a FPAK mais *amiga*, virada para fora, através de mudança de postura e atitude. Para tal, admitimos pessoal onde se verificava falta, melhorou-se o equipamento informático o processo de emissão de licenças e passaportes. Renovámos ainda a imagem da sede e da delegação norte e esperamos para 2016 ter ainda mais novidades.

Criámos o Grupo de Trabalho de Provas de Estrada (Ralis e Montanha) de forma a colaborar com os clubes, com vista a aumentar a segurança dos pilotos e público.

Continuámos e incrementámos as acções de formação técnica e desportiva de oficiais e voluntários.

Foi realizada a reunião anual do Conselho Geral da FPAK, com o tema "*Como levar público às nossas provas*", presidida por Manuel de Mello Breyner, com as presenças de António Simões, Carlos Cruz, Domingos Piedade, Francisco Vieira e Brito, José Paulo Fontes, Pedro Lamy, Luís Pinto Coelho, Mário Silva Paulo Magalhães, Paulo Ferreira, e Pedro de Mello Breyner. Justificaram as suas ausências os membros António Félix da Costa e Filipe Albuquerque.

Continuámos o nosso caminho de facilitar o acesso dos associados à organização de provas, seja através da redução de custos seja através de apoios e parcerias desburocratizando procedimentos.

Melhorámos o nosso site que agora além de mais acessível, passou a noticiar as provas e a informar os resultados e foi também criada a página do Facebook, instrumento de comunicação e divulgação imprescindível nos dias de hoje.

Consolidámos as nossas parcerias com o Autosport, Auto Hoje, Valvoline e Cronobandeira, sempre com o fim de colaborar e divulgar o desporto automóvel.

Foram emitidas as primeiras matrículas de competição conforme o decreto-lei 180/2014 e ao dia de hoje, podemos afirmar que o assunto das matrículas das viaturas provenientes do estrangeiro está no bom caminho para a sua resolução.

Pela primeira vez foi conseguido um apoio para pilotos no âmbito da Representação Nacional.

A nossa licenciada Dra. Paula Fortunato foi distinguida pelo IPDJ e Fundação do Desporto na área da Ética no Desporto.

Por falar em Ética no Desporto, foi também monitorizada uma acção para os jovens kartistas, com a colaboração do PNED.

A FPAK foi distinguida como “Personalidade do Ano ” na cerimónia de Entrega de Prémios do Carro do Ano / Troféu Essilor Volante de Cristal 2015.

A convite da FIA organizámos em Outubro a entrega de prémios dos Campeonatos da Europa de Montanha no Porto, para cerca de 120 premiados.

Aumentámos a nossa presença nas comissões FIA de 11 para 12, com a inclusão na Comissão de Pilotos.

A colaboração com a RFEDA está cada vez mais sólida e esperamos num futuro breve ter cada vez mais competições ibéricas, bem como a criação de uma Zona Ibérica FIA.

Na habitual cerimónia da Gala dos Campeões, este ano em Braga, juntamente com a realização do Salão dos Campeões, a FPAK atribuiu os seguintes prémios:

- Prémio CÉSAR TORRES
 - Prémio FPAK
 - Prémio FPAK Internacional
 - Prémio FPAK Senhoras
- Norberto Martins (*título póstumo*)
 - Associação de Karting da Madeira
 - Autosport
 - Câmara Municipal de Vila Real
 - José Silva 'Porfírio'
 - Luís Filipe Fernandes
 - Miguel Ramos e Álvaro Parente
 - Mariana Sousa Machado

Ainda, por indicação da FPAK, na Gala do Desporto da Confederação do Desporto de Portugal, foi distinguido como Mérito Desportivo - Personalidade do Ano, Emídio Guerreiro.

Em termos desportivos, no seu vigésimo ano de actividade como entidade federativa nacional do desporto automóvel, a FPAK organizou os campeonatos nacionais das diversas modalidades, tendo todos eles sido bem disputados, com ética e fair play, assim como os diversos troféus e series nacionais.

Nos automóveis, recebemos três provas de Campeonatos Mundiais, o Mundial de Ralis e de volta ao Norte, o Mundial de Ralicross em Montalegre, o Mundial de Turismos em Vila Real e ainda a Taça do Mundo de Todo o Terreno, em Portalegre.

Em termos de Campeonatos Europeus, mantivemos a Rampa da Falperra em Braga e o Rali dos Açores, em São Miguel; recebemos o Europeu de Formula 3 em Portimão e a Taça da Europa de Ralis na Madeira.

Outras provas internacionais nos visitaram, ELMS, VdeV e GT Open no Estoril, Blancpain, TCR e Lurani em Portimão.

O Campeonato Europeu de Karting CIK/FIA, bem como as finais Mundiais Rotax, visitaram-nos no magnífico Kartódromo Internacional do Algarve, em Portimão.

Em 2015, continuámos o nosso trabalho de federar algumas competições que se realizavam fora da nossa égide, conseguindo, embora com alguma dificuldade, que estas começassem a realizar-se com maior segurança.

Para terminar esta passagem pelo desporto, não podemos deixar de realçar as performances dos nossos pilotos que competiram no estrangeiro no automobilismo e karting e que através das suas prestações elevaram bem alto o bom nome de Portugal, bem como a atitude dos nossos associados pela postura positiva e colaboradora demonstrada por diversas vezes ao longo do ano.

Também uma palavra de agradecimento a toda a equipa da FPAK que ao longo do ano acompanhou esta Direcção e que com a sua imprescindível colaboração e empenho contribuiu para o resultado da actividade.

Em relação aos licenciados, verificou-se um ligeiro aumento, que em muito nos agrada, principalmente nos praticantes jovens e femininos.

Elementos desportivos	2011	2012	2013	2014	2015
Nº Praticantes	2422	2318	2399	3026	3172
Percentual	-18,5%	-4,3%	3,5%	26,1%	4,8%
Nº Praticantes femininos	109	111	105	159	213
Percentual	4,5%	1,8%	-5,4%	51,4%	34,0%
Nº Praticantes escalões jovens	122	121	92	19	160
Percentual	5,0%	-0,8%	-24,0%	-79,3%	742,1%
Nº Oficiais de Prova	1675	974	906	1010	1165
Percentual	-10,0%	-41,9%	-7,0%	11,5%	15,3%
Actividades Diversas				442	480
Percentual					8,6%

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Como prova dos objetivos traçados terem sido cumpridos, fazemos sempre um comparativo com o orçamento aprovado em Assembleia Geral para 2015, regista-se um acréscimo de 14,1% em relação ao total dos gastos previstos e também um acréscimo de 16,9% em relação aos proveitos orçamentados.

O aumento da receita, permitiu à FPAK encerrar o exercício com um resultado líquido positivo de € 139.095,33, quando tínhamos estimado um resultado positivo no orçamento de € 64.691,00, o dobro do previsto.

Os gastos de depreciação e amortização do exercício de 2015 foram no valor de € 15.320,20 e o EBITA de € 241.778,60.

O Balanço apresenta em 2015 um total de fundos patrimoniais positivo, fruto dos resultados positivos dos últimos anos e pela revalorização dos dois imóveis da FPAK em 2012.

Salientamos ainda que na Assembleia Geral de 2014, o passivo cifrava-se em cerca de € 1.115.000,00, na Assembleia Geral de 2015 em cerca de € 775.000,00 e que na presente assembleia se situa em cerca de € 586.000,00.

Pela leitura dos documentos finais de prestação de contas, Balanço, Demonstração de Resultados Líquidos e Anexo respetivo, verifica-se que, no exercício de 2015, os Proveitos ascenderam a € 2.692.082,37 e os Gastos a € 2.552.987,04, tendo sido apurado um Resultado Líquido de € 139.095,33, que se propõe seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Caros Associados, os desafios são grandes, mas com a colaboração de todos conseguiremos certamente continuar a realizar a tarefa a que nos propusemos.

Contem connosco pois nós contamos convosco.

Lisboa, 29 de Março de 2016

Pela Direcção,



Manuel Espírito Santo de Mello Breyner
Presidente



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Relatório e Contas de 2015



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Anexo

Certificação Legal das Contas



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Relatório da Direção

1 - Introdução

Exmos. Sócios,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a Direção da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, com sede social em Rua Fernando Namora, 46 C/D, com um Fundo Social de 23.023,17 euros submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2015.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

1.1 - Apresentação da Entidade

A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK) é a instituição portuguesa responsável pela regulamentação e organização de campeonatos e troféus de automobilismo e de karting, representando a FIA em Portugal.

2 - Enquadramento económico da atividade

A economia melhorou de alguma maneira no ano de 2015, no entanto, permanecem algumas dúvidas e incertezas quanto ao futuro. Obviamente a FPAK está dependente do contexto económico e social que o País e os agentes económicos estão sujeitos. Os clubes, os pilotos e todas as pessoas envolvidas no mundo do desporto automóvel não estão dissociadas da maior ou menor capacidade de outras entidades poderem estar mais recetivas à modalidade. A Federação continuou o seu caminho, na tentativa da melhoria dos serviços que presta aos associados e de maior proximidade junto dos Clubes

Têm sido feitos todos os esforços junto das entidades competentes para que nos sejam dadas as melhores condições para a prática do desporto automóvel, quer ao nível financeiro quer ao nível legal.

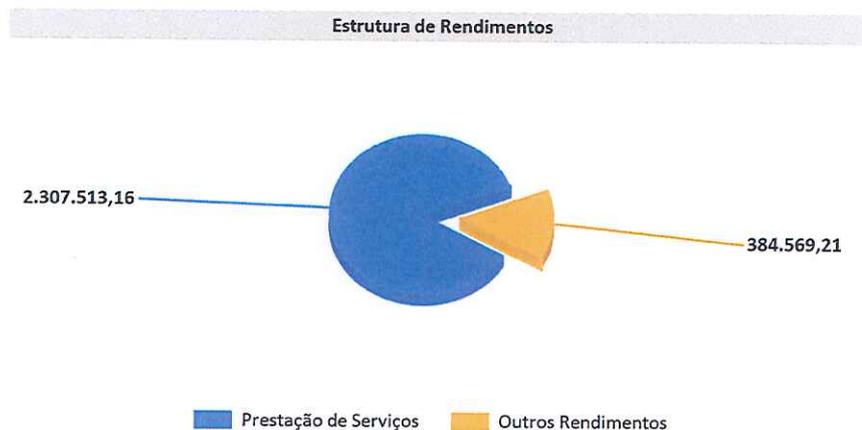
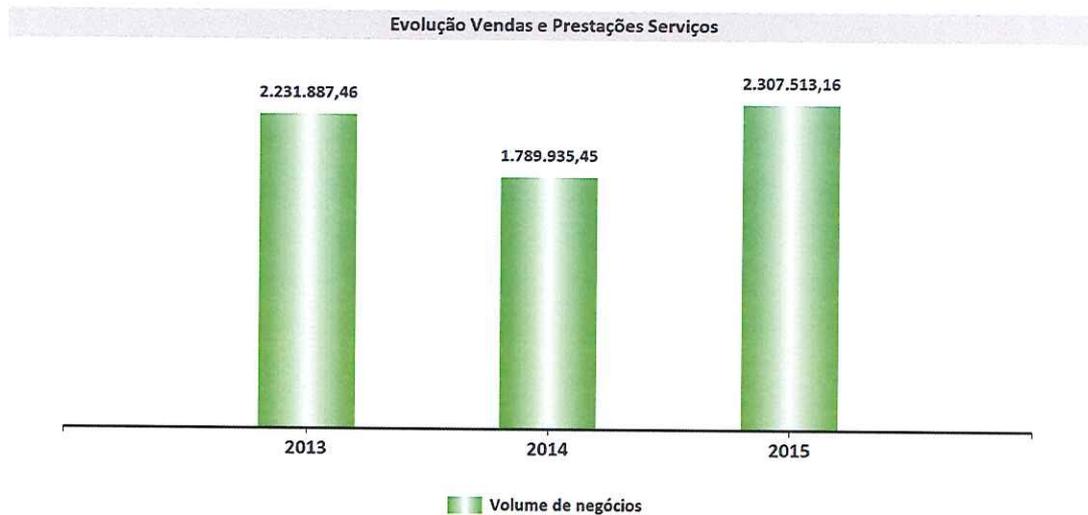
Seguimos a nossa estratégia de uma cultura de gestão profissional e muito rigorosa sobre as contas da FPAK por forma a obter os melhores resultados possíveis e não enveredar por caminhos sinuosos da gestão do passado. Fruto disto mesmo é o relatório de gestão que se apresenta.

RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2015

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2015 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 2.307.513,16 €, representando uma variação de 28,91% relativamente ao ano anterior.

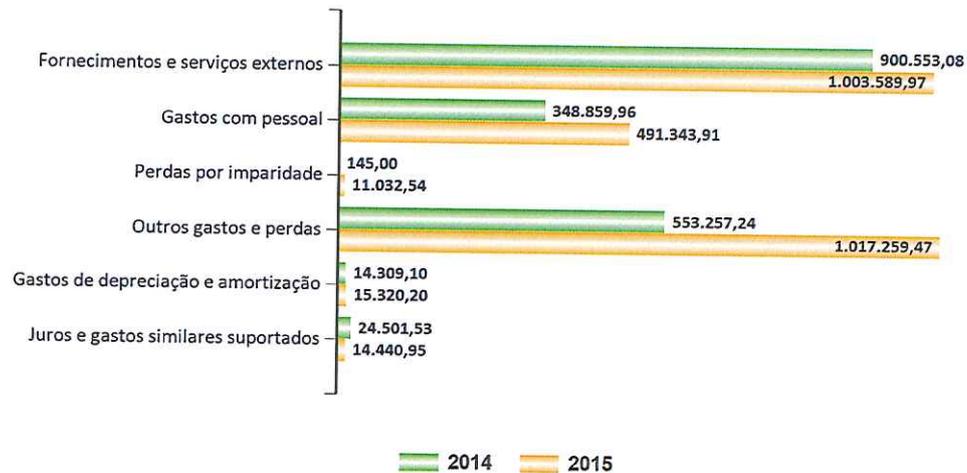
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



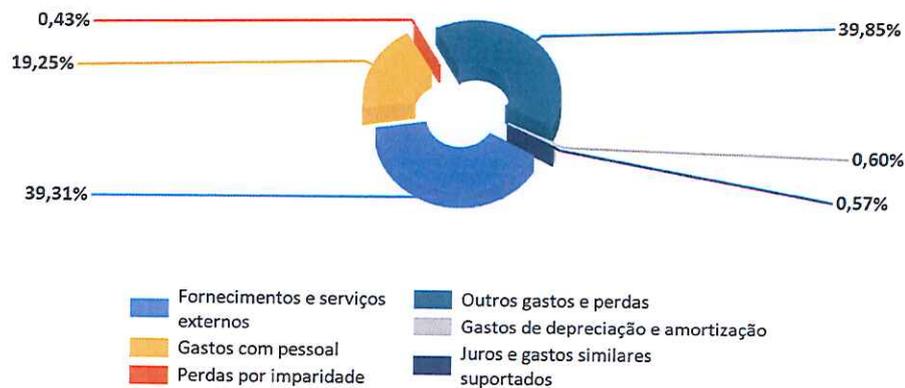
RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2015

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual

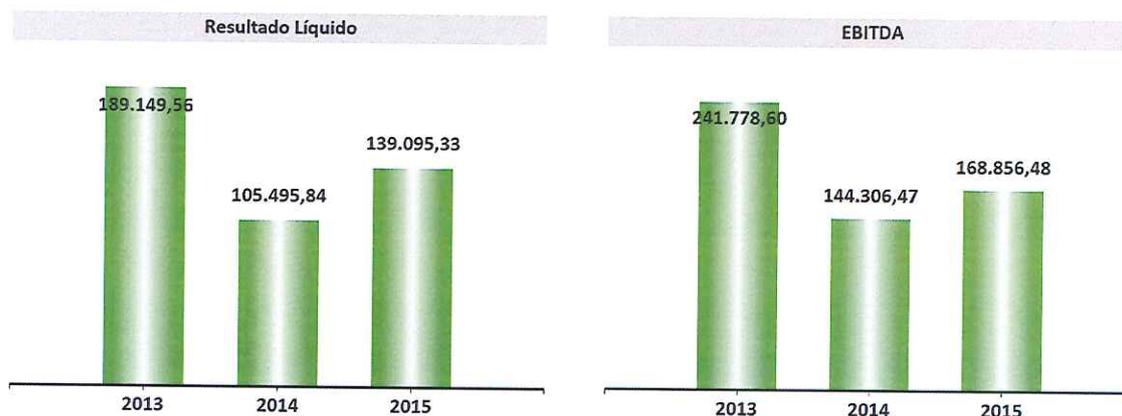


RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2015

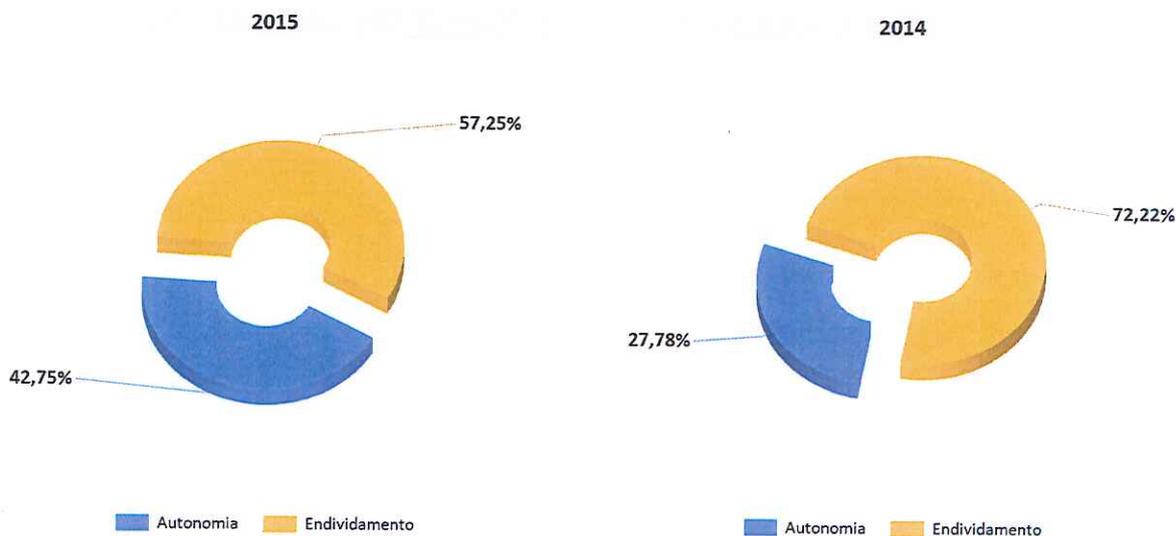
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS			
	2015	2014	2013	2012
Gastos com Pessoal	491.343,91	348.859,96	289.962,45	536.059,09
Nº Médio de Pessoas	14,00	13,00	11,00	14,00
Gasto Médio por Pessoa	35.095,99	26.835,38	26.360,22	38.289,94

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2015

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2015		2014	
Ativo não corrente	697.977,22	68 %	712.072,14	66 %
Ativo corrente	325.865,61	32 %	362.438,47	34 %
Total ativo	1.023.842,83		1.074.510,61	

RUBRICAS	2015		2014	
Capital Próprio	437.644,57	43 %	298.549,24	28 %
Passivo não corrente	42.351,32	4 %	233.784,07	22 %
Passivo corrente	543.846,94	53 %	542.177,30	50 %
Total Capital Próprio e Passivo	1.023.842,83		1.074.510,61	

4 - Perspetivas Futuras para Próximo Exercício

A continuação da recuperação da federação em termos económico financeiros e a realização de todas as competições desportivas conforme plano de actividades para 2016 .

Assim os objetivos para as actividades 2016 são:

- Promover, regular e dirigir a nível nacional o automobilismo e o karting, nas suas diversas disciplinas;
- Continuação do plano de formação a oficiais e voluntários iniciado em 2014;
- Estimular , apoiar , prestar apoio técnico, humano e financeiro aos seus associados e licenciados;
- Defender e fazer respeitar as regras do automobilismo e karting nacional, de acordo com o Código Desportivo Internacional, com o Plano Nacional de Ética no Desporto e com os presentes Estatutos e respectivos Regulamentos;
- Representar o automobilismo e Karting português e os interesses dos seus filiados perante a Administração Pública;
- Manter e incrementar as relações com federações internacionais bem como com as congéneres nacionais.

RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2015

5 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting:

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2015.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

6 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting no período económico findo em 31 de dezembro de 2015 realizou um resultado líquido de 139.095,33€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2015
Resultados Transitados	139.095,33

7 - Agradecimentos

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 08 de Março de 2016

A Direção

Direção



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Balanço

Balanço em 31-12-2015
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	697.148,21	711.854,61
Outros ativos financeiros		829,01	217,53
		697.977,22	712.072,14
Ativo corrente			
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	9	216.875,80	311.254,82
Outras contas a receber	9	21.138,80	25.271,10
Diferimentos		626,06	977,46
Caixa e depósitos bancários	12	87.224,95	24.935,09
		325.865,61	362.438,47
Total do ativo		1.023.842,83	1.074.510,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	13		
Fundos	9	23.023,17	23.023,17
Resultados transitados		(23.288,31)	(128.784,15)
Excedentes de revalorização		298.814,38	298.814,38
Resultado líquido do período		139.095,33	105.495,84
Total do fundo de capital		437.644,57	298.549,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5;9	42.351,32	233.784,07
		42.351,32	233.784,07
Passivo corrente			
Fornecedores	9	188.693,89	322.136,67
Estado e outros entes públicos	8	23.238,97	22.563,46
Financiamentos obtidos	5;9	112.227,89	
Outras contas a pagar	9;10	219.686,19	197.477,17
		543.846,94	542.177,30
Total do passivo		586.198,26	775.961,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.023.842,83	1.074.510,61



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Demonstração de Resultados por Naturezas

Demonstração de Resultados por Natureza do período
findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	6	2.307.513,16	1.789.935,45
Subsídios, doações e legados à exploração	7	299.257,66	133.000,00
Fornecimentos e serviços externos	11	(1.003.589,97)	(900.553,08)
Gastos com o pessoal	10	(491.343,91)	(348.859,96)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(11.032,54)	(145,00)
Outros rendimentos e ganhos	6	85.311,55	24.186,30
Outros gastos e perdas		(1.017.259,47)	(553.257,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		168.856,48	144.306,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(15.320,20)	(14.309,10)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		153.536,28	129.997,37
Juros e gastos similares suportados	5	(14.440,95)	(24.501,53)
Resultado antes de impostos		139.095,33	105.495,84
Resultado líquido do período		139.095,33	105.495,84



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2.140.402,84	1.836.121,26
Pagamentos a fornecedores		1.158.254,94	894.936,33
Pagamentos ao pessoal	10	497.644,00	371.655,98
Caixa gerada pelas operações		484.503,90	569.528,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		673,21	
Outros recebimentos/pagamentos		(330.283,54)	(447.756,65)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		153.547,15	121.772,30
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4		12.822,37
<i>Investimentos financeiros</i>		611,48	217,53
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	3.000,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2.388,52	(13.039,90)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	283.112,01	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	362.316,87	169.773,93
<i>Juros e gastos similares</i>	5	14.440,95	26.308,90
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(93.645,81)	(196.082,83)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		62.289,86	(87.350,43)
Caixa e seus equivalentes no início do período		24.935,09	112.285,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		87.224,95	24.935,09



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO											
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 6	23.023,17			(128.784,15)		298.814,38		105.495,84	298.549,24		298.549,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				105.495,84				(105.495,84)			
7				105.495,84				(105.495,84)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								139.095,33	139.095,33		139.095,33
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8								139.095,33	139.095,33		139.095,33
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 6+7+8+10	23.023,17			(23.288,31)		298.814,38		139.095,33	437.644,57		437.644,57

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO											
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 1	23.023,17			(317.033,71)		298.814,38		189.149,56	193.053,40		193.053,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				189.149,56				(189.149,56)			
2				189.149,56				(189.149,56)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								105.495,84	105.495,84		105.495,84
RESULTADO EXTENSIVO 4=2+3								105.495,84	105.495,84		105.495,84
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações									23.023,17		23.023,17
5									23.023,17		23.023,17
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 6-1+2+3+5	23.023,17			(128.784,15)		298.814,38		105.495,84	298.549,24		298.549,24

Direção



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Anexo

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, pelo despacho nº 13188/2013 publicado no Diário da República 2ª série, Nº 200 de 16 de Outubro de 2013.

Sede social: Rua Fernando Namora, 46 C/D ,Lisboa.

Natureza da atividade: A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, tem por objecto promover e organizar no território nacional, em parceria com clubes desportivos, praticantes, associações e outros agentes desportivos que pratiquem e contribuam para o desenvolvimento do automobilismo desportivo e do karting.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2015.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados no período findo são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do ano anterior.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios	50 anos
Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	4-8 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		728.020,00	277.076,28	62.684,11	276.541,72		25.677,82			1.369.999,93
Depreciações acumuladas		19.221,58	277.390,08	62.984,11	265.451,73		25.677,82			650.725,32
Imparidades acumuladas		7.420,00								7.420,00
Saldo no início do período		701.378,42	(313,80)	(300,00)	11.089,99					711.854,61
Variações do período		(10.983,71)	313,80	300,00	(4.336,49)					(14.705,40)
Total de aumentos			313,80	45.254,11						45.567,91
Outros aumentos			313,80	45.254,11						45.567,91
Total diminuições		10.983,71		44.954,11	4.336,49					60.274,31
Depreciações do período		10.983,71			4.336,49					15.320,20
Abates				44.954,11						44.954,11
Saldo no fim do período		690.394,71			6.753,50					697.148,21
<i>Valor bruto no fim do período</i>		<i>728.020,00</i>	<i>277.076,28</i>	<i>17.730,00</i>	<i>276.541,72</i>		<i>25.677,82</i>			<i>1.325.045,82</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>37.625,29</i>	<i>277.076,28</i>	<i>17.730,00</i>	<i>269.788,22</i>		<i>25.677,82</i>			<i>627.897,61</i>

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		728.020,00	277.076,28	62.684,11	263.719,35		25.677,82			1.357.177,56
Depreciações acumuladas		8.237,82	276.997,12	62.984,11	262.519,35		25.677,82			636.416,22
Imparidades acumuladas		7.420,00								7.420,00
Saldo no início do período		712.362,18	79,16	(300,00)	1.200,00					713.341,34
Variações do período		(10.983,76)	(392,96)		9.889,99					(1.486,73)
Total de aumentos					12.822,37					12.822,37
Aquisições em primeira mão					12.822,37					12.822,37
Total diminuições		10.983,76	392,96		2.932,38					14.309,10
Depreciações do período		10.983,76	392,96		2.932,38					14.309,10
Outras transferências			0,00							0,00
Saldo no fim do período		701.378,42	(313,80)	(300,00)	11.089,99					711.854,61
<i>Valor bruto no fim do período</i>		<i>728.020,00</i>	<i>277.076,28</i>	<i>62.684,11</i>	<i>276.541,72</i>		<i>25.677,82</i>			<i>1.369.999,93</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>26.641,58</i>	<i>277.390,08</i>	<i>62.984,11</i>	<i>265.451,73</i>		<i>25.677,82</i>			<i>658.145,32</i>

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2015 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 14.440,95 euros.

5.2. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizados	Custos emp. em gastos
Empréstimos genéricos	154.579,21	112.227,89	42.351,32	14.440,95	11.797,05				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	154.579,21	112.227,89	42.351,32	14.440,95	11.797,05				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos	154.579,21	112.227,89	42.351,32	14.440,95	11.797,05				

5.3. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	14.440,95	24.501,53
Juros de financiamentos suportados	11.797,05	23.528,71
Outros juros de financiamentos obtidos	11.797,05	23.528,71
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	2.643,90	972,82

6 - Rédito

6.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2.307.513,16	1.789.935,45
Outros réditos	384.255,41	157.186,30
Total	2.691.768,57	1.947.121,75

7 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

7.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

7.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Os subsídios do Estado e Outros Entes Públicos encontram-se divulgados no quadro abaixo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	73.000,00	229.257,66	229.257,66	60.000,00	70.000,00	70.000,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período	73.000,00	229.257,66	229.257,66	60.000,00	70.000,00	70.000,00			
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração	73.000,00	229.257,66	229.257,66	60.000,00	70.000,00	70.000,00			
Total									

Os subsídios foram atribuídos à Federação da seguinte forma:

Instituto Português do Desporto e Juventude - 228.000,00 euros

Fundação do Desporto - 70.000,00 euros

Instituto de Emprego e Formação Profissional - 1.257,66 euros

8 - Impostos e contribuições

8.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Não foram reconhecidos no período impostos diferidos.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		10.045,51		10.379,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		1.659,18		1.322,02
Contribuições para a Segurança Social		11.534,28		10.861,94
Total		23.238,97		22.563,46

9 - Instrumentos financeiros

9.1. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconheciment o Inicial
Ativos financeiros:			341.363,46	(103.348,86)	
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros			320.224,66	(103.348,86)	
Outras contas a receber			21.138,80		
Passivos financeiros:			417.909,69		
Fornecedores			188.693,89		
Financiamentos obtidos			154.579,21		
Outras contas a pagar			229.215,80		
Ganhos e perdas líquidos:			(13.655,81)		
De ativos financeiros			(11.035,07)		
De passivos financeiros			(2.620,74)		
Rendimentos e gastos de juros:			(11.797,05)		
De passivos financeiros			(11.797,05)		

10 - Benefícios dos empregados

10.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Durante o ano de 2015 a Federação contou com 14 colaboradores.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	491.343,91	348.859,96
Remunerações dos órgãos sociais	86.615,22	50.449,13
Remunerações do pessoal	304.117,64	228.963,44
Indemnizações	16.887,47	
Encargos sobre as remunerações	80.488,87	67.901,46
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.951,85	1.545,93
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1.282,86	

Não existem dívidas para com os colaboradores.

11 - Outras informações

11.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	266.743,89	240.926,96
Trabalhos especializados	207.017,37	183.261,88
Publicidade e propaganda	8.631,00	7.650,00
Vigilância e segurança	541,67	510,09
Honorários	39.670,35	34.650,00
Conservação e reparação	3.486,48	6.658,01
Outros	7.397,02	8.196,98
Materiais	27.215,70	20.988,71
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.786,95	872,15
Livros e documentação técnica		1.211,00
Material de escritório	9.332,70	6.100,15
Artigos para oferta	11.064,11	12.224,13
Outros	3.031,94	581,28
Energia e fluidos	19.553,33	11.225,69
Eletricidade	6.235,00	7.300,81
Combustíveis	12.478,42	2.970,14
Água	839,91	954,74
Deslocações, estadas e transportes	153.441,59	164.396,52
Deslocações e estadas	152.865,86	161.984,43
Transportes de mercadorias	253,18	2.270,62
Outros	322,55	141,47
Serviços diversos	536.635,46	463.015,20
Rendas e alugueres	24.577,34	8.514,65
Comunicação	22.588,15	40.923,64
Seguros	470.819,88	392.003,54
Contencioso e notariado	1.575,61	1.421,30
Despesas de representação	745,12	1.677,00
Limpeza, higiene e conforto	7.333,05	8.688,94
Outros serviços	8.996,31	9.786,13
Total	1.003.589,97	900.553,08

12 - Fluxos de Caixa

12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.755,28	791.553,31	789.988,08	3.320,51
Depósitos à ordem	23.179,81	2.988.775,87	2.928.051,24	83.904,44
Outros depósitos bancários				
Total	24.935,09	3.780.329,18	3.718.039,32	87.224,95

12.2. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

13 - Fundos Patrimoniais

13.1. Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais

No presente exercício os Resultados Transitados aumentaram por via do Resultado Líquido do ano anterior.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	23.023,17			23.023,17
Resultados transitados	(128.784,15)		105.495,84	(23.288,31)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	298.814,38			298.814,38
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	298.814,38			298.814,38
Total	193.053,40		105.495,84	298.549,24

14 - Outras divulgações

14.1. Acontecimentos após data de balanço

Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direcção

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AUTOMOBILISMO E KARTING

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Federação Portuguesa Automobilismo e Karting, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.023.843 euros e um total de fundos próprios de 437.645 euros, incluindo um resultado líquido de 139.095 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração faz alterações nos fundos próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.
2. É da responsabilidade Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da Direcção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Federação Portuguesa Automobilismo e Karting, em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas contabilísticas de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da direcção é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 09 de Janeiro de 2016

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



CONSELHO FISCAL

*

Exercício de 2015

Em cumprimento do disposto nos artigos 42º, alínea g) e 47º, alínea a) e b) dos Estatutos da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, reuniu em 14 de Março de 2016, o Conselho Fiscal para analisar os registos contabilísticos e bem assim, os documentos que lhe servem de suporte, disponibilizados pela Direcção, relativamente ao exercício de 2015.

Da referida análise, considerou o Conselho Fiscal:

- Que os documentos estão organizados e em conformidade com as normas contabilísticas para as Entidades Sem Fins Lucrativos;
- Que os mesmos reflectem de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, em trinta e um de Dezembro de dois mil e quinze;
- Que o Balanço relativo ao exercício de dois mil e quinze, evidencia as condições necessárias para justificar a sua aprovação, pelo que PROPÕEM, que o relatório e contas da Direcção respeitante ao referido exercício seja APROVADO.

Lisboa, 14 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL

a) João Cota Dias

b) João Boulloza Gonzalez

c) João Pedro Luis Maggessi Gouveia



ACTAS

Folha

61

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 2016

Aos doze dias do mês de Abril do ano de Dois Mil e Dezasseis, pelas dezanove horas, no Auditório do Comité Olímpico de Portugal, sito na Travessa da Memória, 36, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um:

Apreciação, Discussão e Aprovação do Relatório de Actividades e Contas, respeitantes ao exercício do ano de Dois Mil e Quinze;

Ponto Dois:

Apreciação, discussão e aprovação das alterações ao Regulamento de Admissão de Associados FPAK.

Ponto Três:

Reconhecimento da qualidade de Associado Efectivo C a:

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças;

Ponto Quatro: Admissão como Associados Auxiliares a:

- Cronobandeira;
- Invert - Exploração de Kartódromo, Lda.;
- Porsche Clube Portugal;

A Mesa foi presidida pelo Sr. Dr. Fernando Olavo Correia de Azevedo, Presidente da Assembleia Geral e ainda composta pelo Vice-Presidente Dr. Manuel Armindo Oliveira Teixeira e pelo 1º Secretário, Dr. Miguel Ferreira Aidos.

Pelas dezanove horas, a Mesa confirmou as presenças de **34** (trinta e quatro) **Delegados**, conforme lista abaixo:

ASSOCIADO	DELEGADO	N.º ID
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA	JOÃO FILIPE NOVO AZEITEITO	13577204
ASSOCIAÇÃO COMISSÁRIOS DE DESPORTOS MOTORIZADOS DO ESTORIL	CARLOS MANUEL MARTINS LISBOA DA SILVA	8286241
ASSOCIAÇÃO COMISSÁRIOS DE DESPORTOS MOTORIZADOS DO ESTORIL	MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA CARRAQUEIRA	5393849
ASSOCIAÇÃO TEAM BAIA	SÉRGIO DOMINGOS PEREIRA AGUIAR	11026805
C.A.M.I. - CLUBE AVENTURA DO MINHO	RUI NUNO DE SOUSA LOUREIRO	10535437
C.A.M.I. - CLUBE AVENTURA DO MINHO	JORGE MANUEL VALÊNCIA CASTANHEIRA	3220585
CLUBE AUTOMÓVEL ANTIGO E CLÁSSICO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	AMADEU HERMÍNIO FERNANDES DE MELO E SILVA	5821823
CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE	NUNO JORGE VERDINGOLA BORGES PINTO	7767642
CLUBE AUTOMÓVEL DE VILARANDELO	JOSÉ ANTÓNIO DO VALE MARTINS COROADO	7308913
CLUBE AUTOMÓVEL DO CENTRO	JORGE MANUEL DOS SANTOS CONDE	8006342



ACTAS

Folha

62

CLUBE AUTOMÓVEL DO CENTRO	JOSÉ GUERREIRO SANTOS SILVA MACHADO	2435388
CLUBE PORTUGUÊS DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS	CARLOS DIONISIO DA SILVA	321355
DEMOPORTO - CLUBE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DO PORTO	CARLOS ALBERTO DA SILVA VALADARES E CRUZ	3320036
DEMOPORTO - CLUBE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DO PORTO	RICARDO MANUEL PERES OLIVEIRA COELHO	9838755
ESCUADERIA CASTELO BRANCO	NUNO MIGUEL FONTÃO CORREIA DE ALMEIDA SANTOS	7768052
ESCUADERIA CASTELO BRANCO	BRUNO ROBERTO CORREIA DOS SANTOS VILELA	11003708
GAS - GONDOMAR AUTOMÓVEL SPORT	OLINDO PAULO CASTRO MAGALHÃES	6611523
GAS - GONDOMAR AUTOMÓVEL SPORT	HELDER MANUEL MARTINHO ARAÚJO	10738093
MOTOR CLUBE DO ESTORIL	ANTÓNIO MANUEL DA ROCHA LIMA	7328002
MOTOR CLUBE DO ESTORIL	JOÃO PEDRO DE CARVALHO PINHO	7174330
NÚCLEO DESPORTOS MOTORIZADOS DE LEIRIA	PEDRO JORGE DIAS MENDES ALVES	2439399
NÚCLEO DESPORTOS MOTORIZADOS DE LEIRIA	FELICIANO MANUEL GASPAR VITORINO	7317291
OEC MOTOR CLUBE	OLAVO LÚCIO GOMES DE CARVALHO ESTEVES	9812498
OEC MOTOR CLUBE	FELIZARDO MANUEL SERRA GARDETE	43100082
SOCIEDADE RECREATIVA E DESPORTIVA CHELEIRENSE	HUMBERTO MANUEL DA SILVA EIRAS	10597626
TARGA CLUBE	FERNANDO RIBEIRO BATISTA	725337
TARGA CLUBE	ANTÓNIO FERNANDO CASTRO FARIA	6889897
APPAM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS PILOTOS DE AUTOMÓVEIS DE MONTANHA	JOAQUIM BELMIRO ALVES DE OLIVEIRA TEIXEIRA	05418966
APCDAK	ANTÓNIO EMÍLIO PEIXOTO VASCONCELOS TAVARES	1073112
APCDAK	ANTÓNIO PEDRO DA CRUZ CORDEIRO	239380
APCDAK	ANTÓNIO ALCINO MARQUES DE BASTOS	2060718
APCDAK	LUÍS MANUEL MANIÉS CAMELO	5201460
APCDAK	CAMILO MANUEL DE CARVALHO FIGUEIREDO	1085423
ACOR - ASSOCIAÇÃO DE CLUBES ORGANIZADORES DE RALIS	GASTÃO JOSÉ MACHADO ARAÚJO	11483914

O Presidente da Mesa cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão dando início aos trabalhos com o **Ponto Um** da ordem de trabalhos: **Apreciação, Discussão e Aprovação do Relatório de Atividades e Contas, respeitantes ao exercício de 2015**, tendo concedido a palavra ao Presidente da Direcção, Sr. Manuel de Mello Breyner.

O Presidente da Direcção passou então à apresentação resumida desta matéria, documentos que haviam sido previamente enviados a todos os Associados.

Solicitou a palavra o Sr. Fernando Baptista, Delegado do Targa Clube, congratulando-se com a recuperação do passivo da federação de 2013 para 2014, verificando no entanto que de 2014 para 2015 a diferença não tinha sido tão significativa. Apesar dos resultados apresentados, chamou a atenção para os sacrifícios que os clubes continuam a fazer, que para além de terem que procurar apoios, têm também que arranjar a massa humana necessária para pôr uma prova na estrada. Referiu ainda que, no seu entender, a federação tem muito bons profissionais, mas que nem todos estão ao mesmo nível, sendo que uma Instituição como a FPAK, que é de todos os Associados, tem que ter todos os seus quadros qualificados para dar respostas eficientes.



ACTAS

Folha

63

O Presidente da Direcção esclareceu que foi traçado um plano de recuperação financeira para os quatro anos de mandato, o qual tem de estado a ser cumprido e que irá continuar em 2016. Confirmando que as receitas provenientes dos Associados são essenciais para a regularização dessa recuperação, ultrapassada esta fase difícil, será então possível um ajuste às dificuldades dos Associados, aliviando assim os seus encargos.

Foi dada a palavra ao TOC da FPAK, Dr. Eurico Barreto que cumprimentou os presentes e que em relação ao Relatório e Contas de 2015, fez sobretudo referência à rubrica "Gastos com Pessoal", a qual levantou algumas questões pelo valor apresentado, fazendo uma analogia com anos anteriores; assim:

- Em 2009, existiam 17 funcionários, com o custo de € 753.403,00;
- Em 2010, os mesmos 17 funcionários custaram € 755.322,00;
- Em 2011, com o mesmo número de pessoas, chegou-se aos € 892.672,00;
- Em 2012, com a passagem de alguns funcionários ao regime de avenças, houve uma redução para 14 funcionários, com o custo de € 693.979,00;
- No ano de mudança, 2013, já com os novos dirigentes, chegou-se ao mínimo de 11 funcionários, com o custo de € 289.962,00;
- Tendo-se verificado no entanto que a capacidade de resposta não era eficiente, em 2014 passou-se para 13 funcionários, com o custo € 348.859,00,
- Em 2015 passou-se a 14 funcionários, com a despesa de € 474.456,00.

Salientou que apesar de ser a rubrica que verificou aumentos, estes são justificáveis e estão dentro do controle das previsões.

Pediu a palavra o Sr. Amadeu Silva, Delegado do Clube Automóvel Antigo e Clássico de Vila Nova de Famalicão, referindo que pela análise efectuada se concluiu que teria havido aumento de salários; questionou se assim aconteceu, independentemente da entrada de novos colaboradores. O Dr. Eurico Barreto confirmou que houve um aumento nos salários. Perguntou ainda, qual teria sido a média dos aumentos e se poderia ter acesso a esses dados.

O Presidente da Direcção informou que a lista de vencimentos se encontra afixada na Sede da FPAK e que pode ser consultada pelos Associados.

Não havendo mais questões sobre o **Ponto Um: "Apreciação, Discussão e Aprovação do Relatório de Actividades e Contas, respeitantes ao exercício do ano de 2015"**, o mesmo foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Relativamente ao **Ponto Dois da ordem de trabalhos - "Apreciação, discussão e aprovação das alterações ao Regulamento de Admissão de Associados da FPAK"** dada a não aprovação na Assembleia Geral Extraordinária anterior de alteração nos Estatutos de "Associados Auxiliares" para "Promotores ou Aderentes, apenas serão alvo de análise e votação o **Artigo 7º, alínea f), Artigo 8º - 5, 6 e 7 do Regulamento de Admissão de Associados da FPAK.**



ACTAS

Folha

64

Pediu para intervir o Sr. Nuno Almeida Santos, Delegado da Escuderia Castelo Branco, para referir que o Artigo 10º teria que ser alterado no que respeita à data da Assembleia Geral uma vez que não poderia referir 9 de Abril de 2015, mas sim 12 de Abril de 2016, observação que mereceu o acordo da Assembleia Geral.

Posto à votação o Ponto Dois da ordem de trabalhos - "Apreciação, discussão e aprovação das alterações ao Regulamento de Admissão de Associados da FPAK", foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Passou-se ao Ponto Três - "Reconhecimento da qualidade de Associado Efectivo C à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças".

O Presidente da Direcção esclareceu que segundo o Regime Jurídico das Federações Desportivas, não pode ser recusada qualquer candidatura de uma Associação ou Clube, desde que apresente todas as condições exigidas pelos Estatutos da federação para poder ser Associado. Assim, é dado o prévio conhecimento aos Associados dos novos candidatos, cujos processos estão à disposição para consulta na Sede da FPAK, tendo sublinhado que todos os novos candidatos são convidados a estarem presentes na Assembleia Geral onde é votada a sua admissão, para poderem prestar esclarecimentos às questões que a Assembleia entenda colocar.

O Sr. Fernando Baptista, Delegado do Targa Clube, salientou mais uma vez que os novos candidatos deveriam sempre comparecer às Assembleias Gerais onde são admitidos para prestar os devidos esclarecimentos.

O Sr. Amadeu Silva, Delegado do Clube Automóvel Antigo e Clássico de Vila Nova de Famalicão, solicitou que aos Associados fosse previamente sempre enviada cópia dos processos de candidatura, tendo esta solicitação sido registada pela Direcção da FPAK.

Pediu a palavra o Sr. Nuno Almeida Santos, Delegado da Escuderia Castelo Branco, para referir que desde que sejam cumpridos os requisitos constantes no Artigo 7º do Regulamento de Admissão de Associados, nomeadamente a alínea f) "... demonstrando suficiente experiência e conhecimento para organizar provas desportivas" e que tal lhe seja confirmado pelo Presidente da Direcção isso lhe é suficiente.

Não havendo mais intervenções a este respeito, **foi posto à votação o Ponto Três, "Reconhecimento da qualidade de Associado Efectivo C à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças", tendo sido aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 6 votos contra e 7 abstenções.**

O Sr. Fernando Baptista, Delegado do Targa Clube, pediu para justificar o seu sentido de voto, transmitindo que como não havia nenhum representante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças para justificar o seu interesse em ser associado, votou contra a sua admissão.

Relativamente ao Ponto Quatro da ordem de trabalhos - **Admissão como Associados Auxiliares a Cronobandeira, Invert - Exploração de Kartódromo, Lda. e Porsche Clube Portugal**, foi questionado pelo Presidente da Mesa se estariam presentes os representantes dos candidatos em questão.

ACTAS

Folha

65

Pronunciou-se o Sr. **Mário Bandeira**, em representação da **Cronobandeira**, que esclareceu a Assembleia sobre os serviços de cronometragem que prestam ao desporto automóvel.

A **Invert - Exploração de Kartódromo, Lda.** não se encontrava representada.

Do **Porsche Clube Portugal**, estava presente o Sr. **Luís Cardal**, que esclareceu a actividade do clube e os motivos que os levaram a fazer parte da FPAK.

Posto à votação o **Ponto Quatro**, votaram-se individualmente cada um dos candidatos:

- **Cronobandeira e Porsche Clube Portugal**, foram aprovados por unanimidade.

- **Invert - Exploração de Kartódromo, Lda.** foi aprovado por maioria, com 19 votos a favor, 6 votos contra, 3 abstenções.

Pelas dezanove horas e quarenta e dois minutos, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral presentes.

